

As regras dos tribunais de Guantánamo suscitam críticas

GUANTÁNAMO

As regras definitivas dos tribunais militares de excepção encarregados de julgar os "combatentes inimigos", publicadas pelo Pentágono, têm sido motivo de duras críticas de políticos e de advogados de prisioneiros de Guantánamo.

O Pentágono enviou ao Congresso o seu "Manual dos Tribunais Militares de Excepção". "Estou decepcionado", declarou à AFP o major Michael Mori, advogado militar de David Hicks, o "talibã australiano", um dos 10 prisioneiros indiciados que deve ser um dos primeiros a comparecer diante de um tribunal de excepção. Estas regras "não permitirão um processo justo", afirmou.

Para Wells Dixon, advogado civil de vários detidos, essas medidas são "muito preocupantes", pois é muito provável que alguns acusados sejam enviados ao tribunal de excepção por depoimentos recolhidos nas prisões secretas da CIA.

"Penso que o manual é um documento questionável. Estou preocupado principalmente com os limites à independência dos juízes militares, da autorização de depoimentos obtidos pela força e dos limites ao acesso da defesa às testemunhas", declarou, por sua vez, Chris Dodd.

Um senador democrata entregará "nos próximos dias" um projecto de lei para modificar estas disposições "que impedem qualquer julgamento eficiente e confiável de terroristas presumidos", destacou. Já o republicano Duncan Hunter, membro da comissão das forças armadas na Câmara dos Representantes, considerou que o manual permite "julgamentos justos e completos" de terroristas.

Segundo o Pentágono, entre 60 e 80 prisioneiros deverão comparecer diante desses tribunais de excepção.